


ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO
IPREVI – 19/01/2022

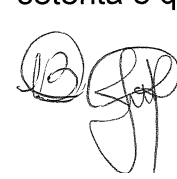
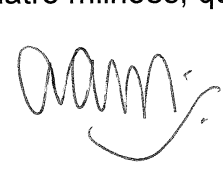
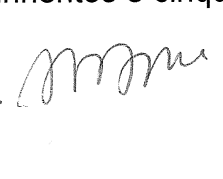
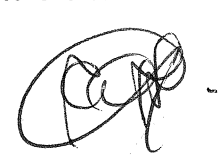

Aos dezenove dias do mês de janeiro de 2022, às nove horas, deu-se início a 1ª (primeira) Reunião Ordinária deste Conselho Deliberativo, realizada remotamente por videoconferência, convocada através da Carta/CD/IPREVI/001/2022 em atendimento aos dispostos normativos e legais. Neste ato estiveram presentes os seguintes servidores: Alessandra Arantes Marques, Ana Cristina Faustino, Cintia Quartin Figueiredo, Gilda de Fátima Viana de Carvalho, Juliana de Melo Rosa, Lafayette Bezerra dos Saltos, Maria José Leite Mendes de Oliveira, Mário Célio Maia Gouvêa e Valdirene Rocha. As pautas a serem tratadas no dia eram: a) Apresentação, análise e aprovação da Política Anual de Investimentos-PAI para o exercício de 2022, pelo técnico da empresa Crédito e Mercado Sr. Victor Hugo Pereira Gomes; b) Apresentação, análise e aprovação do Relatório Analítico de Investimentos – Mês: Dezembro/2021 e Relatório do 4º trimestre dos Investimentos do exercício de 2021; c) Apresentação, análise e aprovação do Demonstrativo dos Recursos Aplicados pelo IPREVI - competência: Dezembro/2021; d) Apresentação, análise e aprovação do balancete da competência: Dezembro de 2021; e) Apresentação do Relatório Simplificado de Gestão - Competência: Dezembro/2021; f) Apresentação do Relatório das contribuições previdenciárias devidas e repassadas – competência - Dezembro de 2021; g) Apresentação do Relatório de acompanhamento dos termos de parcelamentos e Plano de Amortização do Déficit Previdenciário; h) Apresentação do relatório de pensões e aposentadorias concedidas no exercício de 2021; i) Apresentação do Relatório das compensações previdenciárias; j) Apresentação do Relatório de Prova de Vidas realizadas no mês de Dezembro/2021; Outros. Começando a reunião, a Diretora Presidente, Alessandra Arantes Marques, saudou a todos e desejou um bom ano de trabalho durante 2022. Explicou então aos conselheiros que foi encaminhada pelo Comitê de Investimentos a nova versão da PAI 2022, alterada devido à aprovação da Resolução CMN n.º 4.963/21. Em seguida, passou a palavra ao consultor Sr. Victor Hugo Pereira Gomes para que procedesse com a apresentação das alterações. Após saudar

a todos e fazer uma breve alteração pessoal, o técnico iniciou suas explicações. Dessa maneira, foram apreciados inicialmente os parâmetros sugeridos para contratação de consultorias de investimentos. Após, foi verificada a nova sugestão para a meta de rentabilidade do exercício de 2022, estabelecida em IPCA + 4,94% (quatro vírgula noventa e quatro por cento). O ponto posterior foi a definição do quadro de alocação, sendo discutidos os percentuais de limites inferiores, estratégia alvo e limites superiores de alocações para os tipos de ativo de cada segmento, cuja revisão foi necessária uma vez que a Resolução CMN n.º 4.963/21 redefiniu o enquadramento dos tipos de ativo em suas divisões. Prosseguiu-se então para as definições para o segmento de renda fixa, renda variável, investimentos no exterior, empréstimos consignados e seus respectivos limites máximos. Em seguida, foram explanados os conceitos de desenquadramento trazidos pela Política bem como seus prazos para resolução. Ao fim da apresentação, a retificação da Política Anual de Investimentos para o exercício de 2022 foi devidamente aprovada e encaminhada ao Conselho Fiscal do IPREVI. Após a saída do consultor da chamada, foi iniciada a discussão do Demonstrativo dos Recursos Aplicados pelo IPREVI durante a competência de dezembro, sendo evidenciado que em renda fixa, que representou 52,47% (cinquenta e dois vírgula quarenta e sete por cento) da carteira, todos os quatorze fundos tiveram desempenho positivo, representando uma rentabilidade geral de 9,77% (nove vírgula setenta e sete por cento) na categoria. No segmento de curto prazo, as alocações representaram 7,30% (sete vírgula trinta por cento), enquanto o médio prazo ficou com 19,22% (dezenove vírgula vinte e dois por cento) das alocações, longo prazo com 4,98% (quatro vírgula noventa e oito por cento) e gestão duration com 21% (vinte e um por cento). Na categoria de renda variável, que representou 37,95% (trinta e sete vírgula noventa e cinco por cento) das alocações da carteira, todos os vinte fundos tiveram rentabilidade positiva, representando uma rentabilidade geral de 4,44% (quatro vírgula quarenta e quatro por cento) da categoria. O segmento de ações representou 27,25% (vinte e sete vírgula vinte e cinco por cento) das alocações, enquanto o segmento de multimercado contou com 9,92% (nove vírgula noventa e dois por cento) das alocações e o fundo do segmento imobiliário representou 0,78% (zero vírgula setenta e oito por cento) da alocação dos recursos da carteira. Já



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the right and several smaller ones on the left.

em relação aos investimentos no exterior, cuja alocação dos recursos ficou em 9,58% (nove vírgula cinqüenta e oito por cento), apenas um dos seis fundos teve desempenho negativo, resultando em uma rentabilidade geral da categoria de 8,55% (oito vírgula cinqüenta e cinco por cento). Como última categoria, foi apresentado o desempenho dos fundos onde se encontravam alocados os recursos da Taxa de Administração para o exercício de 2021, bem como sua reserva para construção da sede, ambos de curto prazo e com resultado positivo. Assim, o fundo de reserva teve um retorno de R\$ 24.108,98 (vinte e quatro mil, cento e oito reais e noventa e oito centavos), derivando em um saldo de R\$ 3.041.970,15 (três milhões, quarenta e um mil, novecentos e setenta reais e quinze centavos) enquanto o fundo da taxa de administração do exercício teve um resgate de R\$ 157.353,76 (cento e cinqüenta e sete mil, trezentos e cinqüenta e três reais e setenta e seis centavos) para custeio das despesas administrativas e um retorno de R\$ 3.228,70 (três mil, duzentos e vinte e oito reais e setenta centavos), fechando o mês e o exercício com um saldo de R\$ 357.487,23 (trezentos e cinqüenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e vinte e três centavos), que serão revertidos para a reserva para a construção da sede, totalizando R\$ 3.399.457,38 (três milhões, trezentos e noventa e nove mil, quatrocentos e cinqüenta e sete reais e trinta e oito centavos). Assim, ao se apreciar os recursos financeiros de dezembro de 2021, a categoria de renda fixa ficou com o saldo de R\$ 91.600.931,33 (noventa e um milhões, seiscentos mil, novecentos e trinta e um reais e trinta e três centavos) e uma alocação de 52,48% (cinqüenta e dois vírgula quarenta e oito por cento), a categoria de renda variável teve um saldo de R\$ 66.244.765,83 (sessenta e seis milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, setecentos e sessenta e cinco reais e oitenta e três centavos) e um percentual de 37,95% (trinta e sete vírgula noventa e cinco por cento), os ativos no exterior tiveram como saldo R\$ 16.710.788,16 (dezesesseis milhões, setecentos e dez mil, setecentos e oitenta e oito reais e dezesseis centavos) e uma alocação de 9,57% (nove vírgula cinqüenta e sete por cento), já os depósitos a vista ficaram com um saldo de R\$ 633,20 (seiscentos e trinta e três reais e vinte centavos) e um percentual de 0% (zero por cento). Os recursos, portanto, fecharam a competência com o valor global de R\$ 174.557.108,52 (cento e setenta e quatro milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, cento e oito reais e

cinquenta e dois centavos). Quando da alocação dos investimentos por IF, verificamos que a BB Gestão de Recursos DTVM permaneceu na posição de maior percentual de alocação, com 21,33% (vinte e um vírgula trinta e três por cento) dos recursos da carteira alocados em seus fundos, seguida pela Caixa Econômica Federal com 19,62% (dezenove vírgula sessenta e dois por cento) e pelo Santander Brasil Asset Management com 11,35% (onze vírgula trinta e cinco por cento), sendo o restante da carteira distribuída por IFs com menos de 10% (dez por cento) de alocação cada. A pauta posterior foi a apreciação do Relatório Mensal de Investimentos de Dezembro de 2021 e do ano, dentre os principais dados apresentados, como fundos que formaram a carteira, o saldo, porcentagem de participação e classificação na Resolução CVM n.º 3922, foram expostos também os enquadramentos, desenquadramentos, análise de risco e rentabilidade dos fundos. Nesse sentido, foi demonstrado que no mês de dezembro houve uma rentabilidade geral de R\$ 2.951.845,78 (dois milhões, novecentos e cinquenta e um mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e setenta e oito centavos), representando um retorno do mês de 1,75% (um vírgula setenta e cinco por cento), face uma meta para o mês de 1,24% (um vírgula vinte e quatro por cento). Logo, o saldo do exercício foi fechado em R\$ 171.157.017,94 (cento e setenta e um milhões, cento e cinquenta e sete mil, dezessete reais e noventa e quatro centavos), sendo que com o resultado de dezembro, o retorno acumulado do ano foi fechado em menos R\$ 1.196.918,33 (um milhão, cento e noventa e seis mil, novecentos e dezoito reais e trinta e três centavos), resultando em uma porcentagem de rentabilidade acumulada em 2021 de menos 0,77% (zero vírgula setenta e sete por cento) enquanto a meta acumulada figurou em 16,24% (dezesseis vírgula vinte e quatro por cento), existindo assim, um gap acumulado de menos 4,77% (quatro vírgula setenta e sete por cento). Após a apreciação dos relatórios da área de investimentos, prosseguiu-se para o Relatório Simplificado de Gestão, esse último demonstrou que em dezembro foram pagos duzentos e oitenta e seis aposentados e cento e doze pensionistas na folha mensal, totalizando trezentos e noventa e oito beneficiários, e um aposentado a efeito de folha complementar. Já quanto à segunda parcela do décimo terceiro, foram pagos duzentos e oitenta e seis aposentados e cento e onze pensionistas, totalizando trezentos e noventa e oito beneficiários. Assim, quanto à folha mensal foram



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left, a circled signature, and several other initials and signatures on the right.

pagos R\$ 402.419,15 (quatrocentos e dois mil, quatrocentos e dezenove reais e quinze centavos) aos aposentados e R\$ 124.603,68 (cento e vinte e quatro mil, seiscentos e três reais) aos pensionistas do plano previdenciário, responsabilidade do IPREVI, totalizando R\$ 527.022,83 (quinhentos e vinte e sete mil, vinte e dois reais e oitenta e três centavos). Quanto ao Plano Financeiro, responsabilidade da PMI, foram pagos aos aposentados R\$ 48.411,10 (quarenta e oito mil quatrocentos e onze reais e dez centavos) e aos pensionistas R\$ 32.607,12 (trinta e dois mil, seiscentos e sete reais e doze centavos), totalizando R\$ 81.018,22 (oitenta e um mil, dezoito reais e vinte e dois centavos). No tocante à folha complementar, foram pagos pelo IPREVI R\$ 21.988,33 (vinte e um mil, novecentos e oitenta e oito reais e trinta e três centavos). Já em relação à segunda parcela do 13º salário, foram pagos R\$ 196.373,37 (cento e noventa e seis mil, trezentos e setenta e três reais e trinta e sete centavos) aos aposentados e R\$ 61.589,19 (sessenta e um mil, quinhentos e oitenta e nove reais e dezenove centavos) aos pensionistas do plano previdenciário, responsabilidade do IPREVI, totalizando R\$ 257.962,56 (duzentos e cinquenta e sete mil, novecentos e sessenta e dois reais e cinquenta e seis centavos). Quanto ao Plano Financeiro, responsabilidade da PMI, foram pagos aos aposentados R\$ 24.205,56 (vinte e quatro mil, duzentos e cinco reais e cinquenta e seis centavos) e aos pensionistas R\$ 16.303,56 (dezesseis mil, trezentos e três reais e cinquenta e seis centavos), totalizando R\$ 40.509,12 (quarenta mil, quinhentos e nove reais e doze centavos). Dessa maneira, durante o mês de dezembro foram despendidos R\$ 928.501,06 (novecentos e vinte e oito mil, quinhentos e um reais e seis centavos) no município para custeio dos benefícios previdenciários dos segurados do RPPS. A pauta posterior foi a análise do Relatório do Controle Interno referente aos principais números do setor de Benefícios e Protocolo até o mês de Dezembro, sendo demonstrado que durante o exercício foram realizados trezentos e setenta e nove recadastramentos de aposentados e pensionistas de um montante a recadastrar do mesmo número, tendo em vista que houveram dois falecimentos de beneficiários. Especificamente em dezembro, foram recadastrados dezoito dos vinte aposentados aniversariantes e os dezesseis pensionistas. Quanto à composição dos benefícios, no fechamento de dezembro, cinquenta e seis beneficiários correspondiam à categoria de

aposentadoria por incapacidade, quarenta e quatro à categoria de aposentadoria por tempo de contribuição, quatorze à aposentadoria compulsória, cento e setenta e cinco à aposentadoria por idade e cento e doze à pensão por morte, totalizando quatrocentos e um beneficiários. Assim a distribuição dos beneficiários do mês foi composta 43,60 % (quarenta e três vírgula sessenta por cento) por aposentados por idade, 27,90% (vinte e sete vírgula noventa por cento) por pensionistas, 14% (quatorze por cento) por aposentados por incapacidade permanente, 11% (onze por cento) por aposentados por tempo de contribuição e 3,50% (três vírgula cinquenta por cento) por aposentados compulsoriamente. No que se refere ao Setor de Protocolo, ficou demonstrado que foram abertos no mês de dezembro: seis processos de solicitação de benefícios e nove administrativos, não tendo sido cancelado nenhum processo na competência, totalizando quinze processos abertos. Dessa maneira, foram abertos no exercício, cinqüenta e um processos de solicitação de benefício previdenciário, duzentos processos administrativos e cancelados sete processos abertos, totalizando assim, duzentos e cinqüenta e oito processos na Autarquia. Após, foi apresentado o relatório referente às compensações previdenciárias, esse demonstrou que em dezembro não foram disponibilizados valores a pagar ou a receber, tendo sido efetivamente recebido o valor de R\$ 1.459,74 (mil, quatrocentos e cinqüenta e nove reais e setenta e quatro centavos). Até o fechamento do exercício, havia sessenta e oito requerimentos em análise, nenhum requerimento indeferido ou aprovado e quatro compensações pagas e seis recebidas. O somatório do valor a pagar até o mês de dezembro foi de R\$ 23.894,91 (vinte e três mil, oitocentos e noventa e quatro reais e noventa e um centavos), R\$ 32.440,92 (trinta e dois mil, quatrocentos e quarenta reais e noventa e dois centavos) de valor a receber, tendo efetivamente recebido R\$ 8.546,01 (oito mil, quinhentos e quarenta e seis reais e um centavo). Prosseguindo com as pautas, foi apresentado o Relatório de Controle Mensal da Taxa de Administração elaborado pelo Controle Interno, esse último demonstrou que durante o mês de dezembro foram utilizados R\$ 51.654,93 (cinqüenta e um mil seiscentos e cinqüenta e quatro reais e noventa e três centavos) da Taxa de Administração para o custeio das despesas administrativas, totalizando um montante despendido para tal durante o exercício de R\$ 563.573,62 (quinhentos e

sessenta e três mil, quinhentos e setenta e três reais e sessenta e dois centavos), e R\$ 104.313,74 (cento e quatro mil, trezentos e treze reais e setenta e quatro centavos) com folha de pagamento dos servidores, diretoras, cargo comissionado e suas respectivas contribuições patronais, totalizando um montante de R\$ 722.146,08 (setecentos e vinte e dois mil, cento e quarenta e seis reais e oito centavos) com a referida despesa. Assim, foram utilizados até durante 2021 R\$ 1.285.719,70 (um milhão, duzentos e oitenta e cinco mil, setecentos e dezenove reais e setenta centavos) da Taxa de Administração de 2021 estabelecida no valor global de R\$ 1.611.060,56 (um milhão, seiscentos e onze mil, sessenta reais e cinqüenta e seis centavos), restando assim um saldo de R\$ 325.340,86 (trezentos e vinte e cinco mil, trezentos e quarenta reais e oitenta e seis centavos) sem a rentabilidade da manutenção da taxa em fundo de investimento de curto prazo. Ao finalizar o relatório do Controle Interno, evoluiu-se para a discussão do Balancete do mês de Dezembro que fechou suas receitas e despesas no montante de R\$ 175.808.400,04 (cento e setenta e cinco milhões, oitocentos e oito mil, quatrocentos reais e quatro centavos). O balancete foi aprovado pelos conselheiros, deliberando sua aprovação, conforme o Capítulo IV, 1, 1.1, II, b) da Lei nº 863/2017. Dando prosseguimento, foram apresentados os relatórios de acompanhamento dos parcelamentos e do plano de amortização, foram repassados durante o exercício um montante geral de R\$ 10.224.005,45 (dez milhões, duzentos e vinte e quatro mil, cinco reais e quarenta e cinco centavos) dos cinco termos de parcelamento existentes, restando, portanto, um valor a pagar de R\$ 18.650.236,50 (dezoito milhões, seiscentos e cinqüenta mil, duzentos e trinta e seis reais e cinqüenta centavos), face o valor inicial consolidado dos cinco termos de R\$ 28.874.241,95 (vinte e oito milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, duzentos e quarenta e um reais e noventa e cinco centavos). Quanto ao Plano de Amortização, foram adimplidos R\$ 15.999.000,35 (quinze milhões, novecentos e noventa e nove mil e trinta e cinco centavos), restando um valor a pagar de R\$ 45.229.650,42 (quarenta e cinco milhões, duzentos e vinte e nove mil, seiscentos e cinqüenta reais e quarenta e dois centavos). Uma vez com a aprovação da Lei Municipal que trata da implementação de alíquota suplementar para amortização do déficit atuarial, a Lei Municipal 936/2018 deixará de ter vigência a partir de 2022, e os repasses realizados serão feitos

am: mem. el.

de acordo com a alíquota. Ao ser concluída a apreciação dos relatórios, a Diretora Presidente consultou aos conselheiros quanto à realização de curso de capacitação para obtenção de certificação de gestores e dirigentes de forma presencial para os titulares e suplentes. Sendo votado pela maioria a participação de todos e a realização do curso nos dias 02, 03 e 04 de fevereiro. Finalizado o conteúdo pautado, os membros do Conselho Deliberativo se manifestaram pela conformidade do parecer da 1ª Reunião Ordinária. Nada mais tendo a tratar, a Diretora Presidente, Alessandra Arantes Marques, declarou encerrada a reunião. Eu, Juliana de Melo Rosa, lavrei a presente ata, onde lida e achada exata, vai assinada pelos membros presentes. Lafayette

Bezzia dos Santos, Alessandra Arantes Marques,
Mariane Jose Beate Mendes de Oliveira,
Valdineu Rocha, Carlos de Fatima Viana de Aguiar,
Cintia Quartin Siqueira, João Celso Paes Junior,
Juliana de Melo Rosa, Ana Cristina Faustino